

A Adesão dos Países Bálticos na OTAN: uma análise à luz do Neorrealismo Defensivo

*The Accession of the Baltic Countries to NATO: an
analysis in the light of Defensive Neorealism*

*La Adhesión de los Países Bálticos a la OTAN: un
análisis a la luz del Neorrealismo Defensivo*

Amanda Ribeiro Silva¹
Ana Flávia Nery Rodrigues²
Julia Pereira Nazário³
Rafael Silva Lopes⁴

Recebido em: 02 de dezembro de 2022

Aceito em: 09 de outubro de 2023

RESUMO

O intuito do presente artigo é apresentar o contexto histórico do momento em que os Estados Bálticos se aliam à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e, com isso, analisar esse período com uma lente teórica neorrealista defensiva. Assim, com o estudo das obras de Kenneth N. Waltz e, também, textos acerca do campo da Ciência Política foi desenvolvida uma análise que busca compreender o motivo pelo qual a Estônia, Letônia e Lituânia, que eram ex-repúblicas soviéticas, aderiram à OTAN em 2004.

Palavras-chave: Neorrealismo Defensivo; Segurança; Estados Bálticos; OTAN.

ABSTRACT

The main purpose of this article is to present the historical context of when the Baltics States joined the North Atlantic Treaty Organization (NATO) and, then, analyze this period with a defensive neorealist theoretical lens. Thereby, with the study of the principal works of Kenneth N. Waltz and, also, some texts about the Political Science field, an analysis was developed looking forward to understanding the reason why Estonia, Latvia and Lithuania, which were former Soviet republics, joined NATO in 2004.

Keywords: Defensive Neorealism; Security; Baltic States; NATO.

1. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: amandaribeirosilva2410@gmail.com

2. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: ananery327@gmail.com

3. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: juliap.nazario1999@gmail.com

4. Graduando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: rafaelslopes2016@gmail.com

RESUMEN

El propósito de este artículo es presentar el contexto histórico del momento en que los países bálticos se unieron a la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) y, por lo tanto, analizar este período con una lente teórica neorrealista defensiva. Así, con el estudio de las obras de Kenneth N. Waltz y,

también, de textos del campo de la Ciencia Política, se desarrolló un análisis que busca comprender la razón por la cual Estonia, Letonia y Lituania, que fueron ex repúblicas soviéticas, se adhirieron a OTAN en 2004.

Palabras clave: Neorrealismo defensivo; Seguridad; Estados bálticos; OTAN.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar a adesão dos Estados Bálticos (Letônia, Estônia e Lituânia) na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 2004, a partir do questionamento do motivo dessa adesão. Ao decorrer do artigo foi utilizada a obra de José Flávio Sombra Saraiva (2007), e também um aprofundamento sobre o contexto histórico com a ajuda de autores, como Fabiano Mielniczuk (2020). Assim, enfatizando o período da Guerra Fria (1947-1991), berço de criação da OTAN, e o pós Guerra Fria até 2004, quando os países ingressam na aliança.

Além da descrição histórica, serão discutidos e relacionados os conceitos sobre política e poder pelas obras de Norberto Bobbio (1998, 2000, 2009), com ênfase em sua análise sobre as classes de poder. E, também, sua visão sobre o fenômeno da guerra, passando pela questão do equilíbrio do terror e da dissuasão, expressões utilizadas no contexto histórico, levando em conta a relação entre a OTAN, os países Bálticos e os conceitos trabalhados.

Como lente teórica, foi utilizado o Neorrealismo Defensivo de Kenneth N. Waltz (1979), de modo a desenvolver as concepções acerca da estrutura política, do sistema internacional e das unidades, em especial o Estado, buscando ampliar a discussão para traçar os comportamentos dos atores dentro do sistema, destacando o conceito *bandwagoning* trabalhado pelo autor.

Por fim, foi realizada uma análise relacionando todos os conceitos teóricos trabalhados com período histórico em que os países do Báltico se aliaram à OTAN, buscando responder o questionamento inicial deste trabalho.

DA QUEDA DA URSS À EXPANSÃO DA OTAN: CONCEITOS E CONTEXTO

Para a sintetização desta seção, foram desenvolvidos os conceitos de poder presentes no campo da Ciência Política e também os pontos principais do Neo Realismo Defensivo de Kenneth N. Waltz. Além disso, no contexto histórico foi abordado mais sobre o passado e a história dos Estados Bálticos e sobre a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN).

Poder, política e segurança

A discussão sobre política, Estado e poder se faz presente nas Ciências Sociais há longos séculos, enquanto pensadores se destinaram a compreender as implicações de cada um em determinados contextos. Partiremos da premissa da relação entre eles – conceito presente no pensamento de Norberto Bobbio – para uma compreensão mais precisa e mais focada no conceito de poder.

Passaremos sumariamente pelos conceitos de Max Weber sobre a construção sociológica do Estado. Weber define o Estado como “monopólio da força legítima” e entende-se que o poder coercitivo e o uso legítimo da força fazem parte de sua formação. Partindo dessa base, Weber nos apresenta uma concepção moderna sobre a política e sua relação intrínseca com os variados tipos de poder. “Política, (...) significaria para nós aspiração à participação no poder ou a exercer influência sobre a distribuição do poder, seja entre Estados, seja no interior de um Estado, entre os diversos grupos humanos que o Estado abarca.” (Weber, 2015, p. 63). Com essa definição, o foco passa a ser a compreensão acerca das classes de poder propostas e discutidas por Bobbio. (Bobbio, 2000; Weber, 2015)

Poder como definição ampla, “(...) designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode se referir a indivíduos e a grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais.” (Bobbio, 1998, p.933). A definição de poder apresentada por Bobbio amplifica seu significado se partimos de uma visão neutra, no entanto, o foco será estreitar tal definição se aproximando de conceitos menos amplos e mais específicos.

Iniciaremos a discussão no sentido do poder social, que diz respeito ao homem como sujeito e objeto de poder, além do Poder sobre as coisas. Na vida em sociedade, o Poder sobre as coisas pode

se tornar mais preciso quando se converte em recursos e pode garantir a possibilidade de exercer o Poder sobre o homem. Dentro dessa definição, é importante determinar a esfera do Poder, que pode se alterar nos diversos campos aos quais é empregado. (Bobbio, 1998)

Seguiremos então trazendo a definição de Poder atual, caracterizado como um tipo de Poder social. Diz respeito à capacidade de determinar comportamentos e, conseqüentemente, possibilitar a ação, quando no exercício de poder. Se refere à tentativa de determinado indivíduo modificar a conduta do outro, podendo estar relacionado com interesses específicos, manipulação ou até mesmo pelo uso do Poder coercitivo por parte daquele que detém o poder. Já aquele que é objeto de poder, pode-se aplicar a relação de voluntariedade ou de involuntariedade, movido pelo uso do poder coercitivo por parte do detentor do poder. Por conseguinte, para que na relação exista Poder, é necessário que o comportamento de um seja causa do comportamento do outro. (Bobbio, 1998)

O conceito de Poder potencial também diz respeito à capacidade de determinar o comportamento do outro, no entanto, se caracteriza pela possibilidade de exercer algum poder. Dentro desse conceito, a questão da disposição de recursos (como riqueza, força, informação...) é necessária para a efetivação do Poder, além da habilidade em converter tais recursos em Poder. É possível que um indivíduo dotado de recursos não tenha poder sobre o outro se este não estiver disposto a mudar sua conduta, ainda que possa estar sob ameaça. É possível então particularizar as relações de Poder estabilizado no nível individual, importante na instância social e política, que compreende muitas vezes em uma relação de mando e obediência; ou as relações de Poder institucionalizado, quando o Poder estabilizado se articula para diversas funções, como por exemplo um governo ou um exército. (Bobbio, 1998)

A seguir explicaremos brevemente o papel das percepções sociais e das expectativas, além da discussão sobre os modos de exercício de poder. O papel das percepções sociais e das expectativas diz respeito ao comportamento do indivíduo, que acaba por determinar o exercício de Poder. Está ligado com a imagem da distribuição do Poder feita pelo indivíduo, logo, a reputação do Poder estabelece um possível recurso do Poder efetivo, podendo estar ligado com previsibilidade de comportamentos. É importante salientar que existem diversos tipos de exercício do poder, como a ameaça,

a manipulação, a persuasão ou a promessa de recompensa, ou seja, podem ser ou não ligados à coação. Partindo então das várias constatações de Poder, segue-se para a realidade social, compreendendo quando de fato acontece uma relação de Poder e o grau de aplicação. A mensuração do Poder determina as várias dimensões onde o comportamento funciona como causa. (Bobbio, 1998)

Após essa abordagem, focaremos agora na tipologia moderna das formas de Poder na esfera política para Bobbio. O autor apresenta três classes do poder: o poder econômico, o poder ideológico e o poder político. O poder econômico se dá pela capacidade de um indivíduo provido de recursos de influenciar o comportamento daqueles que estão em situação inferior em questão de posse de recursos, mediante promessas e concessões de vantagens. O poder ideológico baseia-se no poder consentido por um indivíduo que detém certa autoridade e que expressa certa influência na formulação de ideias, podendo exercer controle sobre a conduta de um subordinado. Por fim, o poder político se trata do poder pertencente aos detentores da força física, principalmente por aqueles que possuem o controle de armamento e por isso são capazes de exercer uma coerção em relação aos demais. Todos esses poderes perpetuam a desigualdade e corroboram para as subdivisões da sociedade, baseando-se assim em detentores de poder e subordinados. (Bobbio, 1998)

A partir desse panorama conceitual sobre os diversos tipos de poder, discutiremos acerca de uma abordagem mais específica: o fenômeno da guerra – um possível comportamento na esfera do poder político – segundo as visões de Norberto Bobbio. Destacamos anteriormente que poder está relacionado com a política e, conseqüentemente, pode-se compreender que política está relacionada com a guerra, que nesse caso específico, envolve também a moral. Segundo Bobbio (2009, p. 211) “o tema “a moral e a guerra” nada mais é do que um aspecto do tema geral da relação entre moral e política, porque a guerra é a manifestação mais clamorosa da política”.

A princípio, levaremos em conta o conceito de equilíbrio do terror, expressão criada no período da Guerra Fria (1947 – 1991) que começa a ser utilizada depois da descoberta das armas nucleares e, conseqüentemente depois, usada como definição do conceito de dissuasão. O equilíbrio do terror modifica diretamente o equilíbrio entre as potências. O temor recíproco – expressão hobbesiana que justifica o contrato social sobre os indivíduos em estado de natureza – existe no sistema internacional, e, ainda que não induza a

instituição de um poder comum supraestatal, sustenta o equilíbrio entre as potências. (Bobbio, 2009)

Aprofundaremos então nesse conceito apropriando uma definição mais ornada para a estratégia da dissuasão, levando em conta o cenário de possível destruição mútua sob o uso de armamentos nucleares. O equilíbrio do terror e o princípio do temor recíproco é levado à um nível mais alto para se alcançar o objetivo de impedir a agressão. Se tratando das relações entre Estados no sistema internacional, a reciprocidade do temor é garantida pelo equilíbrio das forças. Por assim dizendo, a igualdade garante a dissuasão. (Bobbio, 2009)

É um equívoco, no entanto, confiar cega e unicamente no equilíbrio do terror, já que este está em constante desequilíbrio. “Não há nada de mais irracional do que depositar a própria confiança na racionalidade da história” (Bobbio, 2009, p. 68). O período de paz conquistado sob o efeito balanceador do equilíbrio do terror é deveras breve para que qualquer conclusão seja formada, além de não haver razões para tratar esse equilíbrio como fator único de dissuasão. Para se compreender essa questão sobre o equilíbrio do terror, Bobbio afirma haver uma inversão dos termos da doutrina do equilíbrio:

“(...) Estas armas não servem para fazer a guerra, mas para evitá-la. (...) as armas se transformam, de instrumentos de guerra, em instrumentos de paz (...). É a sublimação do mote: “*Si vis pacem, para bellum*” (se desejas a paz, prepara a guerra). Mote repleto de falsidade, porque desde as origens da história até os dias de hoje os Estados prepararam a guerra para depois, (...) também a fazerem. O aspecto paradoxal dessa doutrina está no fato de que o fim da corrida armamentista seria não a vitória, não a liberdade, não a justiça, mas a paz. Como se afirmássemos que a paz (...) justificasse por si só a construção dos instrumentos de guerra. O meio não é mais a guerra, (...) mas os instrumentos de guerra, que paradoxalmente serviriam para manter a paz.” (Bobbio, 2009, p.224-225)

O aumento de armamentos no mundo revela a ambiguidade das relações internacionais. A busca pelo fortalecimento armamentista se constrói à sombra de negociações pelo desarmamento que nunca são efetivamente inferidos. A desconfiança mútua impõe a impossibilidade prática para o estabelecimento da paz. “Estados no mundo são como indivíduos no estado de natureza. Eles não são perfeitamente bons nem são controlados por lei”. (WALTZ, 2001, p.163, tradução nossa). Se para Hobbes, no estado de natureza a garantia dos indivíduos é caracterizada pelo poder superior, na

balança internacional o equilíbrio das forças é caracterizado pela fragilidade: a segurança própria só é garantida pela superioridade. (Bobbio, 2009)

O Neorrealismo Defensivo de Waltz

Dentro de seu livro “Teoria da Política Internacional”, lançado no ano de 1979, Kenneth N. Waltz trouxe uma nova perspectiva para o campo das Relações Internacionais de como compreender o sistema internacional e as interações que nele ocorrem, o Neorrealismo Defensivo. Com isso, explicaremos os conceitos centrais da teoria, que são apresentados pelo autor para compreender esse sistema e o comportamento dos atores dentro dele.

As teorias sistêmicas são aquelas que abandonam o uso de características específicas de análise, como os níveis das unidades e do Estado, e consideram os efeitos estruturais, ou seja, identificar o que seria decorrente das interações das unidades dentro do sistema político internacional. Assim, seria possível traçar as ações esperadas dentro do sistema mostrando como isso afeta os atores que estão interagindo e até mesmo o funcionamento do sistema. Segundo Waltz (1979), a influência que a estrutura exerce sobre as relações entre os atores é meramente uma causa de suas ações. É certo afirmar que essas teorias vão isolar essas causas e explorar seu impacto para as relações internacionais. (Waltz, 2002; Diniz, 2007)

A princípio, é fundamental conceituar a estrutura, indicando o que ela é e o que ela representa. Com isso em consideração, o autor discorre que ela se baseia em um meio físico e social que propicia um espaço para ações e interações, e isso faz com que seja possível pensar no sistema como um todo, e isso define a ordem das partes que estão dentro dele. Então, a estrutura não é um apenas um grupamento de instituições políticas, mas sim a forma como elas são dispostas. (Waltz, 2002)

Após conceituar a estrutura, Waltz (1979) desenvolve três aspectos que a explicam e facilitam sua compreensão, são eles: princípio ordenador, especificação da função das unidades e distribuição das capacidades. O primeiro desses aspectos, se mostra sendo a primeira organização de como as partes de um sistema estão relacionadas, essa ordenação pode ser uma anarquia, internacionalmente, ou uma hierarquia, domesticamente. O segundo parâmetro - função das unidades -, traz mais informações que são importantes

para identificar, mais precisamente, o lugar de algumas unidades em comparação às outras, em uma hierarquia isso levaria à diferenciação das unidades, e em uma anarquia há a ausência da diferenciação funcional entre os atores. Por fim, distribuição das capacidades, reconhece que algumas unidades se diferenciam de outras com relação a capacidade de desempenhar determinadas funções e isso designaria a polaridade de um sistema. (Waltz, 2002; Diniz; 2007)

A partir da utilização dos pontos mencionados acima é possível definir uma estrutura política internacional, é capaz de moldar os processos políticos, logo, o posicionamento dos atores dentro do sistema é importante. Quando ocorrem mudanças nessa organização, se pode acarretar muitas alterações dentro da estrutura e, até mesmo, na estrutura. Um exemplo disso é a alteração do princípio ordenador, que pode passar de uma anarquia para uma hierarquia, isso seria classificado como uma mudança da estrutura, já uma exemplificação de uma mudança na estrutura se relaciona com o terceiro aspecto (distribuição das capacidades), onde um cenário bipolar, passaria para uma multipolaridade. (Waltz, 2002; Diniz; 2007)

Em meio às alterações que são capazes de ocorrer na organização das unidades dentro da estrutura é premente ressaltar como o autor entende as polaridades que um sistema contém. Primeiramente, é possível identificar duas vertentes principais: a bipolaridade, que se caracteriza pela presença de duas grandes potências, e a multipolaridade, onde há a presença de três ou mais grandes potências. De acordo com Waltz (1979), a diferença entre elas se encontra com base no balanceamento – é necessário um Estado balancear seu poder com o mais forte, caso tenha planos de dominação mundial. No caso da bipolaridade, onde apenas duas potências lutam para conter os desequilíbrios, seus esforços internos são suficientes para manter uma estabilidade, pois a força controlaria força, um exemplo disso é a Guerra Fria (1947-1991), onde se tinham duas potências os Estados Unidos e a União Soviética. Na questão da multipolaridade, o sistema se torna mais flexível, pelas mudanças nos alinhamentos que vão constituir uma maneira adicional de ajuste, com isso, esse sistema é incomparavelmente mais instável e menos previsível. (Waltz, 2002; Diniz; 2007)

Em decorrência de tudo mencionado acima, com sua análise da política internacional conforme sua definição de estrutura, Waltz (1979) chegou à conclusão de que não há nenhuma autoridade que é superior as unidades do sistema, no entanto isso não

significa a falta de uma ordem, mas sim que esse ordenamento é obtido por meio das interações dentro da estrutura. Portanto, com a falta de um poder superior que oriente as ações e interações nesse sistema ele é considerado anárquico, dessa forma, cada unidade pode contar apenas consigo mesma para garantir seus objetivos e sua segurança, em última instância. Sendo assim, o autor define que as relações no sistema internacional possuem um caráter, que foi nomeado, “autoajuda” (*self-help*). (Waltz, 2002; Diniz; 2007)

A ideia de autoajuda se relaciona com o pensamento de “cada um por si”, isso faz com que as unidades desempenhem o máximo de atividades possíveis, além de usarem uma parcela de seu poder, para terem a capacidade de se proteger dos outros ao invés de empreender em seu próprio bem. Logo, como mencionado previamente, o mais importante para os atores na autoajuda é a garantia de sua sobrevivência e essa preocupação é o que vai moldar seus comportamentos dentro do sistema internacional anárquico. (Waltz, 2002)

Com o conhecimento de que para Waltz (1979), o principal objetivo dos Estados é garantir sua sobrevivência no sistema internacional, vale ressaltar que para que isso ocorra os atores estatais precisam garantir sua segurança, o que é evidentemente mais importante. A afirmação acerca de como se garantir dentro do sistema para o autor se diverge da de outros realistas, que enxergam a maximização de poder como sendo o mais importante. Não obstante, em sua obra Waltz (1979) não descarta que o poder é um meio útil para sobreviver dentro do sistema internacional, todavia, ele vai dizer que esse não é o que motiva o comportamento dos Estados em um espaço de incertezas. (Waltz, 2002)

Tendo em vista o desenvolvimento de seu trabalho, o autor identifica que os Estados mais fortes conseguem garantir sua sobrevivência com mais facilidade do que os mais fracos, porém esses precisam agir buscando favorecer sua permanência no sistema. Com isso, Waltz (1979) desenvolve o conceito de *bandwagoning*, que basicamente é o comportamento do mais fraco se aliar ao mais forte, criando uma certa forma de equilíbrio. Assim sendo, para desenvolver um pouco mais sobre esse tópico, é interessante citar a obra de Tucídides acerca da Guerra do Peloponeso (431 a.C - 404 a.C), especialmente o “diálogo meliano”, em que melios (mais fracos) e atenienses (mais fortes), realizam uma coalizão para que o povo de Melos consiga se salvar e sobreviver dentro do sistema.

No “bandwagoning”, os mais fortes conseguem controlar os mais fracos, todavia, isso é um comportamento racional desses, pois o forte conseguiria ter o controle dele qualquer forma, então essa seria uma alternativa para a sobrevivência no âmbito internacional, especialmente, em um sistema multipolar, onde há grande instabilidade e pouca previsibilidade. (Waltz, 2002; Tucídides, 1987)

Em síntese, a partir da apresentação dos conceitos principais do Neorrealismo de Waltz (1979) e discussões relevantes para o campo da Ciência Política, é possível compreender o funcionamento do sistema internacional anárquico e como os Estados tendem a se comportar dentro dele, pois é um espaço imprevisível e repleto de incertezas.

Da criação da OTAN à sua expansão para o Leste Europeu

Para a contextualização da adesão dos países Bálticos na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1999, é essencial retomar alguns períodos históricos para uma melhor compreensão do assunto. Será discutido brevemente sobre o período de Guerra Fria (1947 – 1991), considerado o berço de criação da OTAN; seguido pela dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991 e sua relação com os países da ex-república; o processo de crise de identidade da OTAN; o início de expansão da Organização após o fim da Guerra Fria; e por fim a adesão da Letônia, Estônia e Lituânia no Tratado.

Ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), uma nova ordem internacional surgia, com duas grandes potências disputando a liderança. Um lado era representado pelos Estados Unidos, cuja força constituída pelo ambiente econômico movimentava a Guerra Fria. Juntamente com sua política industrial e financeira, também predominava a luta contra o comunismo. Já do lado Soviético, Stalin procurava uma forma de convivência com os norte-americanos, ensaiando projetos para receber auxílio econômico para reconstrução da URSS. (Saraiva, 2007).

No decorrer deste período, houve planos e doutrinas impostos. Em 1947, a Doutrina Truman foi criada para conter o avanço do comunismo soviético, que se espalhava pela Ásia. Já o plano Marshall, fundado no mesmo ano, foi criado na intenção de reconstruir a Europa Ocidental pós Segunda Guerra Mundial, ainda que por trás dessa narrativa, a ideia dos Estados Unidos era reconstruir

o seu próprio mercado. Ambos os pontos foram indispensáveis nesse primeiro momento da guerra, denominado “relação quente”. (Saraiva, 2007)

Um outro tópico indispensável na relação quente foi o desdobramento militar executado pelos Estados Unidos: a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1949. A OTAN foi criada com o objetivo de ser uma aliança militar para seus membros contra uma possível agressão soviética. O artigo 5º do Tratado determinava que um ataque a um, seria um ataque a todos, estabelecendo o conceito de segurança coletiva de seus membros. Inicialmente a OTAN contava com 13 membros e atualmente possui 28 (Estônia, Letônia e Lituânia, sendo ex-repúblicas soviéticas). Além disso, a aliança também tentava conter a propagação do comunismo pelo mundo. (Saraiva, 2007)

Em resposta às criações do gigante ocidental, o lado soviético também teve suas reações. As primeiras reações de Stalin foram o fortalecimento militar da URSS e o desenvolvimento da bomba atômica; a segunda reação foi o *Kominform*, um aglomerado comunista para a propagação do mesmo; o terceiro momento foi o primeiro experimento da bomba atômica em 1949. Este momento fez com que a República se igualasse aos Estados Unidos. Em 1955, uma aliança militar similar a OTAN surgiu da parte dos soviéticos, o denominado Pacto de Varsóvia (1955) que tinha como intuito a proteção contra o ocidente e seus integrantes eram os Estados soviéticos. (Saraiva, 2007).

A partir de 1955 se inicia um segundo momento da Guerra Fria chamado de coexistência pacífica. Quando se inicia uma flexibilização entre os dois gigantes pela modificação do cenário internacional, uma ordem bipolar emerge. Seis grandes fatores são prioridades nesse período: 1. o *aggiornamento* econômico, que recebia fundos através do plano Marshall para a reconstrução da Europa; 2. a flexibilização intra-imperial, que envolvia disputa por territórios; 3. a desintegração do bloco soviético (alguns partidos comunistas possuíam crenças diferentes sobre o mundo comunista), que caracteriza o esfriamento das tensões entre as potências; 4. o processo de descolonização dos países da Ásia e da África, que se inicia em decorrência do enfraquecimento dos países europeus que não se interessavam mais como antes pelas colônias africanas; 5. a política externa independente, que não era um assunto muito discutido, pois envolvia os países neutros na

guerra; 6. o declínio das armas nucleares, pela percepção de destruição mútua. (Saraiva, 2007).

Partindo dessa contextualização, passaremos a evidenciar a atuação da OTAN na Europa. É importante destacar que durante seu período de atuação, ocorreu uma mudança em seu caráter, o que modificou todo o cenário internacional. Para poder compreender essa mudança de caráter, primeiramente é necessário regressar ao final da década de 80, pois foi nesse período em que houve as mudanças principais no sistema internacional, acabando com a bipolaridade e tornando-o multipolar, principalmente no campo econômico e ideológico. Tal “nova ordem mundial” é marcada pela crise e fim do regime socialista soviético, o fortalecimento de práticas econômicas de cunho neoliberal e a ascensão de novas potências.

A decadência do regime soviético é evidente a partir de diversos graus de análise, seja nas mudanças em sua estrutura, como no abandono gradual do comunismo e a adoção de medidas liberais, como a *glasnost* e a *perestroika*, dessa forma integrando-se à divisão internacional do trabalho, marcado pela forte aproximação de valores ocidentais. A adoção de tais medidas, apenas demonstram a irrelevância e fraqueza do modelo econômico socialista perante ao mundo cada vez mais interdependente. Por um lado, existiu um relativo sucesso com a implementação da *glasnost*, mas, por outro lado, a *perestroika*, foi insuficiente para “consertar” a fragilidade da economia. Um outro fator que pode ser considerado como um golpe nesse modelo econômico, é o abandono de diversos países dentro da área de influência soviética, além de diversos conflitos que buscavam uma autonomia política do estado centralizador soviético. Seja por causas econômicas, políticas, diplomáticas ou militares, a combinação desses fatores dificultou a administração centralizadora da União Soviética, enfraquecendo-a e causando sua ruptura em 1991. (Saraiva, 2007).

Apesar das fortes pressões externas, Saraiva (2003, p. 269) aponta que as principais causas da queda da URSS foram motivos internos, principalmente graças à impossibilidade de realizar reformas relevantes, comparando isso com as análises de Tocqueville em relação ao choque causado por tentativas de mudanças políticas em sistemas de grande rigidez social. Sendo assim, é dentro do Império Soviético onde acontecem as causas de seu destino final, destacando-se os casos do acidente da usina nuclear em Chernobyl em 1986 e a queda do Muro de Berlim em 1989.

A partir do fim da Guerra Fria, com a ruptura do regime socialista soviético (1991), o sistema internacional passa por grandes mudanças, deixando de ser de uma ordem do tipo bipolar e tornando-se multipolar, destacando-se a liderança dos EUA como a grande potência desse sistema. Devido a tais mudanças, os Estados buscaram se adequar aos novos princípios e normas nessa “nova ordem mundial”, existindo um forte diálogo entre os EUA e agora a nova Rússia em relação a diversos tratados voltados para o desarmamento e para políticas de cunho liberal. Apesar dessa forte aproximação entre os Estados governados por Yeltsin e Reagan, o Estado Russo buscou exercer seu papel de herdeiro legal da URSS, esforçando-se como uma liderança local em algumas regiões no leste europeu e na Ásia (Saraiva, 2007).

O momento mais crucial com o fim da Guerra Fria, foi a dissolução do Pacto de Varsóvia. Independentemente do fim desse pacto, a OTAN ainda permaneceu no sistema devido a vontade de manutenção de seus membros, entretanto, a instituição sofreu uma crise de identidade, pois, o seu papel original de barrar o avanço do comunismo se torna vazio, sendo necessário adaptar-se à nova realidade. (Mielniczuk, 2020).

Esse “novo mundo”, marcado pela globalização que trazia grandes avanços tecnológicos eliminando as fronteiras no mundo, e principalmente a existência do discurso sobre a necessidade da promoção de economias de mercado e a expansão do mundo democrático garantiria a “paz democrática” de Russett *et al.* (1995). Assim iniciou-se o processo para a expansão da OTAN em países da Europa Central e do Leste, ampliando em áreas que anteriormente estavam sobre a zona de influência da URSS. Quase de imediato houve uma reação negativa por parte do Kremlin, que considerava tais avanços como irracionais, pois não existia uma real ameaça para os países. (Mielniczuk, 2020).

Um exemplo em que podemos perceber essa alteração no caráter da OTAN, é o caso de sua interferência na região de Kosovo em 1999, visando acabar com a guerra civil e restabelecer a ordem na região, trabalhando em conjunto com outras Instituições Internacionais – como a ONU (Organização das Nações Unidas) e a OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa) – foi estabelecida a paz a partir dos princípios democráticos ocidentais. Dessa forma, a OTAN deixa de ser uma organização voltada para a defesa dos países membros e se torna uma ferramenta para a ex-

pansão dos valores liberais hegemônicos do ocidente, protagonizados pela liderança dos EUA. (Gheciu, 2005).

Em pouco tempo o Estado Russo percebeu essa mudança de orientação nas ações da OTAN, não comparecendo à Cúpula de Washington em 1999, onde foi formalizada a adesão dos antigos países membros do espaço soviético, Polônia, Hungria e República Tcheca, na organização em uma primeira expansão territorial efetiva após Guerra Fria. Assim, a Rússia apenas observou essas transformações da OTAN, deixando de ser uma aliança militar de defesa e passando a exercer poder para as demais regiões do globo na justificativa de promover ajuda humanitária em países necessitados. Mielniczuk (2020), faz uma comparação entre as questões separatistas no Kosovo e os chechenos, ressaltando que os Sérvios eram aliados históricos da Rússia, mas, no entanto, sofreram intervenções por parte da OTAN, trazendo um sentimento de insegurança, pois temiam que em algum momento, a aliança seria capaz de intervir na própria Rússia, “Sérvia hoje, Rússia amanhã”. (Mielniczuk, 2020).

No fim de 1994 foi criado pela OTAN, a PpP (Parceria para a Paz), que tinha a função de ajudar os antigos Estados comunistas a se desenvolverem militarmente sob um regime democrático e ampliar o debate sobre uma possível adesão à OTAN. No caso da entrada dos países Bálticos, é evidente uma reorganização dessa instituição, seu papel fundamental de aliança militar ainda persiste, entretanto, o seu papel político fica cada vez mais óbvio, com a promoção de valores democráticos na Europa Oriental. (Kramer, 2002).

Retomando o período de ruptura da URSS, Gorbachev tentava impedir a desintegração, desse modo, lançou um ultimato à Lituânia para que o país aderisse à constituição soviética. Alguns dias depois, tropas soviéticas ocuparam edifícios em Vilnius (capital da Lituânia) e abriram fogo contra manifestantes do protesto. O mesmo aconteceu em Riga, capital da Letônia. O uso da força contra os Bálticos gerou revolta nas demais repúblicas soviéticas e Yeltsin assinou tratados de reconhecimento da independência com cada país báltico. Gorbachev tentou recuperar a relação com os países, mas a situação na União Soviética já estava fora de seu controle. Quando Yeltsin assume o poder no que agora é a Rússia, os Bálticos têm sua independência reconhecida. (Amaral, 2011).

Na segunda rodada da expansão da OTAN, Estônia, Letônia e Lituânia já independentes, se tornaram aspirantes a membros. O

governo russo e outros aliados se opuseram à admissão dos Bálticos na aliança, usando os argumentos de que os países não estavam preparados e que o território não poderia ser defendido contra um ataque russo. Ademais, o governo declarou que os Bálticos foram anexados voluntariamente ao bloco soviético, e que tropas soviéticas foram convidadas para ocupar seu território. Porém, em 2001, o Ministro das Relações Exteriores russo declarou que o assunto sobre ocupação e anexação dos Bálticos pela URSS não atendeu as realidades políticas, históricas e legais, sendo assim, desprovidas de mérito. (Kramer, 2002).

Desde 1945, o argumento utilizado pelos Estados Unidos era de que a Rússia teria anexado ilegalmente os Bálticos, e com a independência deles em 1991, foram reconhecidos pelo governo norte americano. Em 1998, os EUA assinaram o *Baltic Charter of Partnership*, uma carta que criava condições para que a Estônia, Letônia e Lituânia pudessem se candidatar na aliança. Uma pré-condição para a adesão na organização, era se integrar no Programa de Paz da OTAN, onde se juntaram em 1994. Ao enviarem tropas aos Balcãs nas operações de manutenção da paz na região, os Bálticos se mostraram preparados para a adesão. Os próprios pressionaram seu caso diplomático, que era ingressar na OTAN. (Kramer, 2002).

Nos anos em que havia a União Soviética, os países Bálticos de destacavam das outras repúblicas por terem territórios altamente desenvolvidos. Por conta de suas importantes relações econômicas com a Europa Ocidental, os Bálticos consideraram que com o fim do socialismo, obteriam sua entrada quase imediata na OTAN. A pretensão dos Estados Bálticos ao ingressarem na Organização era fortalecer sua soberania e independência, ter o suporte de segurança dos Estados Unidos e da Europa Ocidental contra qualquer instabilidade (utilizando do artigo 5º), e ter uma fronteira de segurança da chamada “área cinzenta da Europa”, que envolvia países como a Rússia, Bielorrússia e Ucrânia. Nesse sentido, a opção mais viável seria a incorporação dos países na OTAN. Assim, afirma-se que os interesses dos Estados Bálticos giram em torno de questões econômicas, políticas e até culturais, mas o interesse inerente pela segurança se sobressai aos mencionados anteriormente. (Suárez, 2014).

A relação dos três países com a Rússia se tornou mais fria após essa aproximação do ocidente. A esperança Báltica era de que a Rússia os visse como independentes, sem aderir uma postura autoritária com sentimento de posse soviética sobre os países. A Lituânia

e a Estônia tiveram motivos similares para entrar na organização, com motivações de segurança ou de defesa. A Estônia ainda teria a questão da dimensão econômica oferecendo segurança aos potenciais investidores do mercado estoniano, os quais poderiam ter receios se assumissem compromisso de longo prazo. (Amaral, 2011).

Essa possibilidade de adesão dos três países representava um ato de hostilidade para Moscou, já que isso significaria o avanço da OTAN em território da antiga URSS, sendo um risco para a sua segurança e integridade territorial, já que as fronteiras russas estariam muito próximas da Europa Ocidental. Havia atritos com Moscou e o risco de uma continuação da Guerra Fria. A prioridade de política externa dos três países em 1993 era ingressar na organização, e a admissão na OTAN representou o retorno ao Ocidente em busca de segurança, temendo uma ameaça Russa. (Amaral, 2011; Suárez, 2014).

Em 2004, a adesão dos Estados Bálticos no Tratado do Atlântico Norte foi oficializada, os três países se juntaram a outras ex-repúblicas soviéticas como Bulgária, Eslováquia e Eslovênia. No início se depararam com algumas dificuldades, principalmente pelo baixo número de soldados com língua inglesa e pela precariedade de treinamento para as Missões de Paz. Esse impasse foi resolvido com a inserção de programas de língua inglesa e um rigoroso treinamento militar. (Kramer, 2002).

A adesão respondeu aos interesses dos membros da OTAN, baseados em matéria de segurança. Os Bálticos, com o auxílio da Organização, contribuíram para a expansão de uma zona de segurança, estabilidade e relação de boa vizinhança em uma Europa pós-soviética. No entanto, os três países sempre mantiveram claramente suas intenções na entrada para a aliança, que era estar sob proteção contra um possível ataque russo, tendo o amparo do artigo 5º. Porém, ainda existe uma incerteza sobre até que ponto os países estão completamente livres da preocupação de um eventual ataque russo. (Suárez, 2014; Kramer, 2002).

ANÁLISE DO PROCESSO DE ADESÃO

Para início de nossa análise acerca da adesão dos Bálticos à Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), será usada a perspectiva Neorrealista defensiva de Waltz (1979) e os demais conceitos apresentados na seção 1.1.

A princípio, vale lembrar que os Bálticos faziam parte da URSS, que era uma grande potência econômica e militar da época, e que garantia a segurança desses países e, após sua dissolução em 1991, a crise econômica foi tão acentuada que deixou o novo Estado Russo enfraquecido perante as demais potências, fazendo com que o Leste europeu estivesse mais vulnerável para as influências do mundo ocidental. Com isso, é perceptível que os Estados ficaram fragilizados com o fim do bloco comunista, e ao aceitarem o convite da OTAN para fazerem parte da aliança, o Ocidente toma o lugar de influência que era ocupado pela URSS.

Levando em consideração a teoria Neorrealista defensiva de Waltz (1979) para compreender o comportamento dos Estados Bálticos, é preciso, em primeira instância, frisar que como para o autor o que motiva a ação dos Estados dentro do sistema internacional é a garantia de sua sobrevivência, que é atestada por meio das forças que tendem a fornecer a segurança de cada um. Além disso, é necessário mostrar que os atores são racionais, e isso deixa claro que suas ações dentro do sistema internacional são importantes para assegurar sua sobrevivência, como foi a decisão dos Bálticos ao entrarem na OTAN.

Em decorrência do que foi mencionado acima, o sistema internacional para a teoria em uso, é tido como anárquico e isso faz com que ele seja marcado pela incerteza e insegurança, pois não há como prever o que o outro fará, logo, a busca por segurança é primordial para que as unidades consigam garantir sua sobrevivência. Durante o período em estudo, o sistema internacional é visto como uma multipolaridade, pois após o fim da Guerra Fria (1947-1991), em que a ordem vigente era bipolar, o sistema perde uma grande potência, fazendo com que o mundo saísse de um momento em que se havia uma maior estabilidade dentro da estrutura, para uma ordem em que o que reina é a imprevisibilidade e a instabilidade.

Com a percepção de uma possível ameaça, como dito anteriormente, os Bálticos ingressaram na organização buscando segurança, já que estão em uma posição desfavorável geograficamente, envoltos por países mais fortes como a própria Rússia, que não aprova essa adesão, causando uma insegurança mútua entre os três países. A adesão também se torna uma estratégia para a OTAN no sentido de ter mais controle sobre as regiões próximas à Rússia.

Dessa forma, a Estônia, Letônia e Lituânia, ao aceitarem o convite da OTAN e se aderirem à mesma em 2004, estão realizando

um comportamento comum dentro da multipolaridade, o *bandwagoning*, que garantiria a esses Estados sua sobrevivência e segurança no sistema. Tendo isso em vista, é interessante realizar uma analogia do contexto em estudo com o “diálogo meliano” apresentado por Tucídides e que já foi mencionado previamente. Determinada passagem, mostra o momento em que os atenienses (mais fortes) convidam os mélios (mais fracos) a se aliarem a eles visando assegurar por meio dessa aliança proteção a eles, e com isso, após um longo debate, os mélios concordam com essa aliança já que proporcionaria a eles segurança em meio a instabilidade do cenário. Portanto, essa situação é muito similar com o que está sendo analisado, já que aliança com a OTAN proporcionaria aos Bálticos a segurança coletiva, contida no artigo 5º do tratado, que afirma a defesa daqueles que eventualmente sejam atacados.

Agora usando dos conceitos de Bobbio para abranger um pouco mais sobre essa conjuntura, sabe-se que para que exista poder, é necessário que haja uma relação de mando e obediência, o comportamento de um é a causa do comportamento do outro. As três classes de poder na esfera política propostas pelo autor podem ser associadas no contexto central anteriormente apresentado. Os poderes têm relação com os Estados Bálticos e sua adesão à OTAN. Pode-se compreender que os EUA como a maior potência do sistema internacional exerciam poder econômico sobre os outros atores. Os americanos interviram em várias regiões do Leste Europeu, como o exemplo da Guerra do Kosovo e a desintegração da Iugoslávia. Se tratando dos Países Bálticos não foi diferente. Os EUA os convidaram para entrar na aliança e em troca prometeram segurança. Ainda que a adesão tenha sido voluntária, a ameaça de sofrer com possíveis conflitos contra a Rússia os fizeram confiar na OTAN, para que garantissem sua sobrevivência.

A partir daí, é possível notar a forte presença de poder ideológico em relação aos Bálticos. Quando ainda eram repúblicas do bloco soviético, a região tinha como influência os ideais comunistas (econômicos, ideológicos). Com a dissolução da URSS, esse vácuo de poder e influência passou a interessar aos EUA e ao Ocidente. Com a mudança de caráter da OTAN, a propagação dos ideais liberais passou a agir em parte do Leste Europeu, e novamente, os três Países Bálticos estavam sob influência de uma nação maior, agora os EUA, caracterizando, assim como antes, o conceito de poder ideológico.

Sabe-se que os EUA foram os fundadores da OTAN. Durante a Guerra Fria, a corrida armamentista revelou a periculosidade das

armas nucleares. EUA e URSS detinham o maior poderio sobre a bomba atômica e isso caracterizava o conceito de poder político, já que o controle sobre a potência das armas definia um tipo de coerção aos demais. Em último grau, essa coerção seria a guerra, uma forma não legítima de força física.

É possível ainda estabelecer um paradoxo sobre tal situação. Os EUA possuem o poder potencial (armamento), mas não significa que querem efetivamente usá-lo em alguma ocasião e, conseqüentemente, torná-lo atual (ação de usar as armas). A posse sobre as armas pode significar uma ameaça àqueles que não as possuem, mas a ameaça provoca a dissuasão. Os mais fracos não enfrentam os mais fortes porque um possível contra-ataque seria terrivelmente pior do que a iniciativa de se iniciar um conflito. Os EUA possuem esse poder de dissuasão. Uma aliança com a OTAN significaria que esse poder de dissuasão se estenderia para seus membros por meio da segurança coletiva (artigo 5º).

Em suma, a partir dessa análise, é possível afirmar que a motivação dos Estados Bálticos - Estônia, Letônia e Lituânia - a aderirem a OTAN em 2004, foi a busca por garantir sua sobrevivência no sistema internacional. Por conseguinte, sabendo que a permanência no âmbito internacional é garantida por meio da segurança, a adesão à aliança militar forneceria a proteção proposta pelo artigo 5º (segurança coletiva).

CONCLUSÃO

Neste artigo, foram analisadas as implicações causadas pelas principais mudanças ocorridas no sistema internacional durante o fim da década de 90 e o início do novo milênio. Mudanças como a ruptura do socialismo soviético, dando um fim a antiga ordem bipolar mundial, causando um impacto em questões relacionadas à segurança dos Estados no Leste europeu, que até então, estavam sob a área de influência da URSS, ocasionando um vácuo de poder na região.

Portanto, conclui-se que, às necessidades de segurança imediata e a longo prazo para as Repúblicas Bálticas, são asseguradas a partir de sua adesão à OTAN, especialmente pela existência do artigo 5º da organização. Os conceitos de Waltz, em relação à natureza incerta e insegura do sistema internacional, juntamente com a noção de poder para Bobbio, protagonizado pela liderança norte americana, são as principais justificativas que causaram a entrada da Estônia, Letônia e Lituânia na Organização do Tratado do Atlântico Norte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, José Estanislau. **Usos da história: a diplomacia contemporânea dos Estados Bálticos**: subsídios para a política externa brasileira. Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: [Usos da história: a diplomacia contemporânea dos Estados Bálticos - subsídios para a política externa brasileira](#). Acesso em: 24 mai. 2022.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política: a Filosofia Política e as Lições dos Clássicos**. Campus, 2000.
- BOBBIO, Norberto. **O Terceiro Ausente: Ensaio e Discursos sobre a Paz e a Guerra**. Manole, 2009.
- DINIZ, Eugenio. **Política internacional: guia de estudos das abordagens realistas e da balança de poder**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2007.
- GHECIU, Alexandra. **NATO in the 'New Europe'**: The Politics of International Socialization After the Cold War. Bibliovault OAI Repository, the University of Chicago Press, 2005.
- KRAMER, Mark. **NATO, the Baltic states and Russia**: a framework for sustainable enlargement. *International Affairs*, v. 78, n. 4, p. 731-756, 2002. Disponível em: [NATO, the Baltic states and Russia: a framework for sustainable enlargement](#). Acesso em: 24 mai. 2022.
- MIELNICZUK, Fabiano. **Quo vadis, Putin?**. São Paulo: Insight Inteligência, 2020.
- RODRIGUEZ SUAREZ, Pedro Manuel. **Las repúblicas bálticas frente a Europa y Rusia**. *Puebla: Tla-melaua*, v.8, n.37, p.112-130, 2015. Disponível em: [Las repúblicas bálticas frente a Europa y Rusia](#). Acesso em 03 de jun. 2022.
- RUSETT, Bruce. **"The Democratic Peace"**. *International Security*, vol. 19, n. 4, p. 164-84. JSTOR, 1995. Disponível em: [The Democratic Peace](#). Acesso em: 31 mai. 2022.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas**: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.
- TUCÍDIDES. **História da guerra do Peloponeso**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987.
- WALTZ, Kenneth N. **Man, the State, and War: a Theoretical Analysis**. Columbia University Press, 2001.
- WALTZ, Kenneth N. **Teoria da política internacional**. Lisboa: Gradiva, 2002.
- WEBER, Max. **Ciência e Política: Duas Vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2015.